

SOBRE AS MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS RECENTES NA AMÉRICA LATINA E A FASE PÓS-NEOLIBERAL¹

FÁBIO GUEDES GOMES²

Preâmbulo

A PASSAGEM DO SÉCULO XX PARA O XXI tem marcado importantes mudanças políticas e econômicas nos países do hemisfério sul-americano. A ascensão de governos de esquerda, de diversos matizes, demonstra a incapacidade do projeto neoliberal de se manter na região como alternativa de políticas econômicas e modelos de sociedade, nos marcos de um sistema internacional dominado por um núcleo de poder liderado pelos Estados Unidos da América. Ademais, o próprio resultado econômico e social daquelas políticas demonstrou o fracasso das políticas do *laissez-faire*, com a absurda desigualdade de riqueza e de renda que assola, ainda, a maior parte da população no espaço regional, sendo isso comprovado pelo aumento da exclusão, da violência urbana e rural e do desemprego, características que passaram a serem mais presentes e ampliadas nas décadas de 1980 e 1990. Basta reportar aos estudos da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), que publica, anualmente, o Balanço Social da América Latina e Caribe, para se ter uma base empírica mais realista.

Apesar de apresentar uma realidade complexa e de difícil definição econômica, política e social, a América Latina e o Caribe entraram numa

¹ Texto apresentado, sumariamente, na oficina intitulada Sociedade de Classes, Subdesenvolvimento e Desenvolvimento dos Países da América Latina, realizada no III Fórum Social das Américas, na cidade da Guatemala, em 9/10/2008. A versão definitiva do texto foi exposta no XI *Encuentro Internacional de Economistas sobre Globalización y Problemas del Desarrollo*, realizado no Palácio de Convenções da cidade de Havana, Cuba, entre os dias 2 e 6/3/2009.

² Economista, mestre em Economia e doutor em Administração. Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Feac) da Universidade Federal de Alagoas, Brasil. E-mail: fbgg30@yahoo.com.br.

nova fase, que pode ser distinguida das últimas três décadas do século XX. Essa realidade, que está se modificando, encontra nos aspectos políticos e econômicos suas nuanças mais fortes. Do ponto de vista social, apesar de mudanças importantes, ainda se levará muito tempo para a região remover problemas históricos estruturais que se somaram aos produzidos pela aventura neoliberal. Assim, este ensaio tem como objetivo discorrer sobre alguns aspectos que julgamos importantes e que estão na ordem do dia das transformações de que os povos da América Latina e Caribe estão sendo testemunhas.

Para iniciar nossas reflexões, organizamos as subseções deste trabalho na forma de problemas a que procuraremos responder, com base na discussão de uma parte da literatura contemporânea sobre a América Latina, buscando focar, principalmente, os movimentos e a dinâmica que estão em curso na parte sul do hemisfério.

Problema 1 — Nos últimos dez anos, a América Latina vem sendo varrida por sucessivas vitórias majoritárias de partidos de esquerda que, ao assumirem o poder, têm ampliado a participação dos países nas relações internacionais. Então, o que significa essa ascensão de governos de esquerda na região? Pode-se especular a respeito do futuro da América do Sul, a partir dos desdobramentos dessas mudanças em curso.

Podemos afirmar que está, realmente, havendo uma mudança no quadro político e econômico latino-americano. O mais importante neste caso não é conhecer somente a conjuntura atual, mas explicar os fundamentos que determinam essas mudanças e o contexto internacional em que elas se inserem. O ponto de partida para explicar a ascensão de líderes que representam um novo esquerdismo na América Latina, como Evo Morales, na Bolívia,³ Hugo Chávez, na Venezuela, Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, Rafael Correa, no Equador, Michelle Bachelet, no Chile, Tabaré Vázquez, no Uruguai, Daniel Ortega, na Nicarágua, Fernando Lugo, no

³ É importante destacar que a vitória de um indígena à presidência da república na Bolívia só pode ser comparável à ascensão de um trabalhador metalúrgico ao posto máximo do Estado brasileiro. Morales foi eleito em 2005 com a esmagadora marca de quase 54% dos votos válidos. Em toda a história do país nenhum governante tinha chegado ao poder com mais de 35% dos sufrágios. Sua principal base eleitoral são os povos indígenas que constituem mais de 65% da população boliviana.

Paraguai⁴ e o próprio Lula, no Brasil, além do recém-eleito Mauricio Funes, em El Salvador, é o fracasso social e econômico do projeto neoliberal, para a região, capitaneado pelos Estados Unidos, e proposto, no final da década de 1980, no que ficou conhecido como o Consenso de Washington.

O Consenso sugeria que, em troca da renegociação das dívidas externas dos países da região, fosse adotada uma série de reformas com o intuito de alinhar as economias às novas determinações do movimento de expansão das redes de acumulação capitalistas, que, depois da dissolução da União Soviética, no início da década de 1990, tornaram-se predominantes no mundo. Naquela proposta (imposta na verdade), incluía-se um projeto de modernização capitalista liderado pelos grandes blocos de empresas norte-americanas e europeias (financeiras e não-financeiras), prometendo mais competitividade e concorrência, com a expansão de serviços, mercadorias a preços baixos e poupança externa a baixo custo. Tudo isso dentro de uma democracia liberal em contraste aos anos de chumbo que a América Latina experimentou, entre as décadas de 1970 e 1980, com os regimes militares. A Alca, nesse sentido, representaria um passo mais audacioso de anexação do mercado latino-americano, depois dos ajustes estruturais realizados, ao mercado norte-americano.

O resultado dessas estratégias não se traduziu em melhorias das condições básicas das populações latino-americanas. Muito pelo contrário, os graves problemas que hoje percebemos a *olho nu*, em qualquer cidade de médio ou grande porte (falta de serviços públicos, violência e queda da renda nos estratos inferiores da população, caos da estrutura urbana, deteriorada infraestrutura logística⁶ e Estados nacionais fragilizados etc.) avoluma-

⁴ A eleição de Fernando Lugo, da Aliança Patriótica para a Mudança (APC), em abril de 2008, contraria a trajetória da história política do Paraguai, dominado por mais de seis décadas pelo conservador Partido Colorado. O ineditismo fica por conta de Fernando Lugo justamente não ser, em mais de cinquenta anos, de origem militar, liberal e classes sociais conservadoras. Pelo contrário, trata-se de um missionário religioso com fortes vinculações com os movimentos sociais, formado, intelectualmente, na esteira do desenvolvimento da ideologia da Teoria da Libertação, dissidência da conservadora Igreja Católica na América Latina.

⁵ Não obstante a situação ainda persistente da desigualdade em boa parte da América Latina, estudo recente divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao governo brasileiro, demonstra que essa situação vem se revertendo no país, principalmente pelo crescimento da renda salarial. Os números realmente são muito alvissareiros, levando em conta a penúria econômica e situação de precariedade da possibilidade de ascensão social nas décadas anteriores. Cf. Brasil (2008).

⁶ Uma boa referência que consegue estabelecer relações entre as formas de dominação capitalista imperial pelos Estados Unidos, as políticas neoliberais e a desestruturação dos espaços urbanos, tendo como elemento símbolo a explosão das favelas no Terceiro Mundo, é o estudo do sociólogo norte-americano Davis (2006).

ram-se, e, em cima de outros problemas seculares não resolvidos, e que foram consequências de séculos de dominação colonialista (distribuição de renda, racismo, heterogeneidade social, má distribuição da propriedade territorial etc.).

Assim, era natural esperar a reação da sociedade a um estado de problemas tão negativos e de consequências desastrosas para o bem-estar coletivo e, principalmente, para as esferas mais esquecidas da população em geral. Como exemplo de projeto malsucedido, temos o caso emblemático da Argentina que, em 2001, enfrentou uma de suas piores crises da história, com o desemprego batendo cerca de 40% da população economicamente ativa e a falência múltipla de empresas de vários setores produtivos, além de um Estado dominado por uma espécie de *mafiaocracia*⁷ e com dívidas interna e externa elevadas, comprometendo, sobremaneira, sua capacidade de prover os bens públicos essenciais (educação, saúde, segurança etc.) e investimentos.

Assim, diante do exposto, não é nada fácil compreender o futuro da região, sobretudo porque, para se especular sobre o futuro, é preciso levar em conta aspectos históricos que delineiam trajetórias, que se bem compreendidas, podem apontar-nos elementos necessários para traçar as tendências do porvir. De qualquer sorte, o máximo que se pode fazer é lançar algumas hipóteses, tendo por base a experiência histórica e a compreensão das questões essenciais que ditam a dinâmica da conjuntura. Ainda assim, tentar adivinhar para onde a América Latina caminhará, a partir da ascensão dos governos de esquerda, é difícil, até mesmo para as chamadas pseudociências, as que, sem métodos científicos de investigação e objetos de estudos bem-definidos, tentam explorar a sabedoria tradicional e o senso comum.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer o elevado grau de heterogeneidade das sociedades dos países que fazem parte da região. Apesar de laços importantes que nos unem, a exemplo da forte influência que teve o

⁷ Existe um filme-documentário muito bem-feito, dirigido por Francisco Solanas, diretor de cinema, militante político de esquerda, que chegou ao parlamento nacional argentino para exercer o mandato de deputado entre 1993 e 1997. O filme intitulado *Memória del Saqueo* foi apresentado pela primeira vez em 2004, na 54.ª edição do Festival Internacional de Cinema de Berlim, chegando a ser premiado com o Urso de Ouro. Nele destaca-se o “vendaval” neoliberal que assolou a Argentina e seus desdobramentos, além de realizar uma crítica contundente às instituições públicas do país que nesses anos foram postas quase exclusivamente a serviço dos mais estreitos interesses dos grupos corporativos, da burocracia corrupta e das classes políticas reacionárias.

colonizador europeu da Península Ibérica, que firmou a hegemonia e domínio da língua portuguesa e castelhana. Esses elementos são extremamente insuficientes para nos dizer que somos muito parecidos, quando levamos em conta as nossas diferenças étnicas primárias, ainda considerando que o continente é, majoritariamente, indígena de diferentes origens e culturas. Outro fator de destaque reside no nosso passado escravocrata que esteve muito mais presente na costa atlântica que no restante do território latino-americano; a heterogeneidade das formas de exploração e produção de riquezas; bem como a diversidade do processo de constituição das instituições etc. Somente com base nesses aspectos, tem-se uma noção de como se torna complexa a tarefa de buscar compreender a realidade atual, na América Latina, e a impossibilidade de se fazer conjecturas sobre seu futuro.

Uma questão fundamental, que impõe ainda mais dificuldades, diz respeito à própria formação do Estado nacional na região. Diante das crises políticas mais recentes, na qual a Bolívia figura como exemplo mais próximo, quando algumas províncias buscam a autonomia em relação ao governo central, liderado pelo presidente Evo Morales, no contexto das disputas pelo controle e uso das riquezas originárias dos hidrocarbonetos, percebem-se, claramente, as dificuldades de uma unidade nacional que se reflita num Estado com instituições consolidadas e continuidade dos processos políticos.⁸

A mesma conclusão pode ser estendida para a Venezuela, o Paraguai, o Equador e o Peru. Só se pode, realmente, falar em Estado-nação na América do Sul, em seus termos clássicos, nos casos da Argentina, do Brasil e do Chile. No entanto, nesses três predomina uma estrutura política marcada pelo corporativismo da relação de parcelas da sociedade e o próprio Estado. Talvez, o Uruguai seja uma exceção de uma república considerada muito mais estável, do ponto de vista democrático e do funcionamento de suas instituições, se comparada às rupturas políticas que os demais países do Hemisfério Sul passaram, e, além disso, tem um sistema mais pluralista do ponto de vista das relações de interesses entre a sociedade e o Estado.⁹

⁸ O conflito político recente na Bolívia, onde os governadores da chamada Meia Lua se rebelaram contra o governo central, declarando-se províncias autônomas, teve como elemento detonador a disposição da presidência de ampliar os programas sociais a partir da alocação de recursos fiscais sobre, justamente, a renda oriunda da produção dos hidrocarbonetos, nos departamentos comandados por forças políticas conservadoras e opositoras ao governo Morales.

⁹ Interessante a leitura do texto de Moreira (2000).

Portanto, a questão da estrutura econômica, social e política da América Latina e sua heterogeneidade, determina a diversidade da superestrutura, dentro do esquema que Marx e Engels construíram para desenvolverem o método do materialismo histórico. Em seu mais recente livro, Bandeira (2008) aborda, de forma muito clara, que um dos traços políticos fundamentais da chamada América espanhola, que resultou em sucessivos governos nos séculos XIX e XX, caracterizados pelo *caudilhismo e populismo*, foi a própria dificuldade da Espanha em manter as bases de um regime político unitário sob seus domínios. E isso ficou ainda mais evidente quando a Espanha foi perdendo controle sobre as antigas colônias na Centro-América, na chamada Bacia do Prata e nas regiões andinas e amazônicas, por volta da segunda metade do século XIX. Então, o vácuo de poder do império espanhol deu lugar à ascensão de grupos políticos e econômicos *criollos*, quase sempre ligados às esferas mais altas de poder e a representantes das oligarquias agrárias, que jamais aceitaram qualquer tentativa de instalação de uma monarquia parlamentarista entre os domínios regionais, causando sempre tensões entre a instauração de repúblicas presidencialistas e legislativos representativos. Nesse sentido, a história da América Latina foi marcada, em momentos políticos decisivos, por golpes ou tentativas de golpes militares que, até antes da Segunda Guerra Mundial, refletiam o quadro de instabilidade, ainda presente, deixado pelo espólio colonial.

É importante sublinhar, então, que as matizes dos governos de esquerda, que assumiram o poder recentemente, têm que ver com essas diferenças estruturais e que, por isso, seria impensável vê-los numa linha de ação única em vários segmentos e intervindo na sociedade ou em respostas às demandas e pressões dos interesses de seus respectivos agrupamentos sociais.

Entrar na avaliação das condições internas de funcionamento dos governos de esquerda nas relações que eles vêm estabelecendo com seus respectivos povos e com outros países fora do hemisfério, é preciso muito mais tempo e espaço de análise, que foge, completamente, aos limites deste ensaio. No entanto, podemos alinhar nossa reflexão e resumi-la, correndo risco de cometer alguns equívocos, se adotarmos a linha de que o que mais aproxima o comportamento dos governos de esquerda, recém-eleitos, na região, são dois temas extremamente importantes para os respectivos países: superar a alternativa neoliberal de modelo econômico e fortalecer a capacidade de intervenção estatal; principalmente, retomando a soberania e o controle dos recursos energéticos da região e de estratégias de desenvol-

vimento econômico e social. Assim, dentro desse temas podemos destacar alguns fatos emblemáticos que demonstram as mudanças em curso na América Latina.

1. O estreitamento das relações econômicas, políticas, militar e energética extra-hemisféricas com a China, a Rússia, o Irã, a África do Sul e a Índia.

2. A proposta de criação do Banco do Sul e fortalecimento da Corporação Andina de Fomento, estratégias que buscam substituir o papel de instituições multilaterais como FMI e Banco Mundial, que acabaram convertendo-se em instrumentos a serviço da administração internacional sob hegemonia norte-americana.

3. O acordo nuclear entre Argentina e Brasil com a proposta de criação de uma empresa binacional para alavancar a estratégica de cooperação científico-tecnológica entre os dois países na área.

4. A assinatura, em outubro de 2008, do acordo entre Brasil e Argentina estabelecendo o sistema de comércio bilateral, realizado em moeda local dos dois países, excluindo a necessidade de divisas em dólares nas relações comerciais.

5. O desvanecimento da proposta de criação da Alca.

6. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), que busca articular os espaços geográficos, com projetos de estradas, linhas férreas e gasodutos.

7. A criação e primeira reunião do Conselho Sul-Americano de Defesa, uma estratégia inédita e que não conta, pela primeira vez, com a participação dos Estados Unidos nesta temática tão sensível.

8. A determinação do Equador em não renovar o contrato de cessão de seu espaço para a continuidade da base militar norte-americana de Manta.

9. A expulsão dos embaixadores dos Estados Unidos em La Paz e Caracas, depois que ficou clara a movimentação política das duas embaixadas, dando apoio aos movimentos oposicionistas.

10. A suspensão, em novembro de 2008, das operações do DEA (Departamento Contra as Drogas) dos Estados Unidos, na Bolívia, sob acusação de atuar política e conspiratoriamente contra o governo.

11. Desalinhamento gradual de países como Honduras e Nicarágua das linhas políticas de Washington.

12. A solução de contenciosos na América do Sul, pela via diplomática e pelo diálogo entre os presidentes, sempre respeitando a legitimidade dos processos democráticos de suas escolhas.

Deve-se, ainda, levar em conta o forte crescimento dos movimentos sociais na região, com destaque para ampliação da participação dos diversos grupos indígenas, que se têm conscientizado, cada vez mais, de sua capacidade de protagonizar mudanças políticas e estruturais fundamentais, e enfrentarem a própria situação econômica e social que marca a realidade de numerosas comunidades, há muito tempo. Não se pode jamais esquecer de que no continente latino-americano, majoritariamente indígena, e com a crescente participação desses grupos na vida política de países, como a Bolívia, a Venezuela e o Equador, forma-se um novo quadro de resistência aos ditames da modernidade turbinada pelo capitalismo contemporâneo.

Portanto, para Tokatlian (2008), professor de Relações Internacionais da Universidade de Buenos Aires, de onde buscamos sintetizar alguns pontos acima elencados, a América Latina vem reduzindo sua dependência dos Estados Unidos muito fortemente. Como ele próprio sublinha, a região vem deixando “para trás sua histórica subordinação a Washington, buscando novos parceiros fora do continente e fortalecendo a capacidade de ação estatal”. Assim, a chamada Doutrina Monroe que marcou, tão intensamente a influência dos Estados Unidos na região, de uma forma ou outra, “está se desvanecendo”, observou o professor.

Problema 2 — Que importância tem as mudanças, por exemplo, na Venezuela?

Geralmente, a mídia conservadora na América Latina, e a serviço dos interesses corporativos, alinhados com a direita representante do fundamentalismo de mercado, denunciam os efeitos multiplicadores dos gastos dos excedentes econômicos da atividade petrolífera venezuelana, com destaque para a criação e dinamização de empreendimentos econômicos populares e amplos programas sociais. Chamam essas estratégias de populistas. Por trás desse discurso que busca esconder-se, muitas vezes, no tecnicismo econômico neoliberal e no cinismo político dos partidos de direita que defendem os valores morais da justiça, liberdade e democracia existem interesses muito fortes que não admitem a democratização dos recursos públicos na forma de expansão das políticas governamentais, fazendo chegar a milhares de famílias pobres e carentes serviços básicos e recursos econômicos que, ao contrário, poderiam ser canalizados nas inúmeras políticas esta-

tais destinadas à acumulação de capital, beneficiando as famílias situadas nos estratos superiores da sociedade.

Denominado de socialismo do século XXI, as mudanças na Venezuela têm como aspectos centrais o retorno da presença do Estado ao centro das grandes decisões nacionais e controle dos recursos estratégicos, bem como criação de empresas estatais necessárias ao impulso do novo modelo de desenvolvimento, de caráter popular e social. Uma das críticas comuns a esse novo modelo tem sido a improvisação e a falta de planejamento por conta das ações do Estado. O que promove inquietações nos setores privados e amplia o raio de incerteza para o ambiente dos negócios.

Por outro lado, destaca-se, na Venezuela, a criação de uma pasta ministerial — única no mundo — o Ministério da Economia Solidária, responsável por viabilizar a geração de empregos e renda apoiando pequenas iniciativas de produção locais. A ideia geral é buscar a diversificação produtiva no plano nacional e diminuir a dependência econômica, no tocante à geração de riquezas e renda, da atividade petrolífera. O resultado disso tudo tem sido a criação de 6.840 cooperativas que empregam cerca de 210 mil pessoas no país; expropriação de terras improdutivas e empresas falidas com compromissos trabalhistas pendentes e seu uso posto às atividades produtivas tocadas por programas de gestão cooperativa e em associações.

Os gastos sociais podem ser mensurados na marcante presença de mais de 15 mil médicos nas favelas e zona rural da Venezuela. Número que só pôde ser alcançado graças, também, a um acordo de cooperação internacional assinado com Cuba, que implica o fornecimento de petróleo à ilha, a preços subsidiados, em troca da presença de médicos cubanos dando apoio e logística ao programa de saúde popular na Venezuela.¹⁰

O líder do maior movimento social da América Latina, o MST, João Pedro Stédile, relatou suas impressões acerca das transformações observadas *in loco*, numa breve visita realizada por ele, para conferir, de perto, o processo de reforma agrária que vem sendo promovido pelo governo venezuelano. Num tom entusiástico, Stédile (2005) mostra as principais mudanças, sobretudo, o crescimento da conscientização popular da importância das transformações recentes e o crescimento de sua participação nas decisões de Estado.

¹⁰ Acordo entre o Presidente da República Bolivariana da Venezuela e o Presidente do Conselho de Estado de Cuba, para a aplicação da Alternativa Bolivariana das Américas, 14 de dezembro de 2004 <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2004/por/a141204p.html>>.

Cabe indagar, portanto, com base nos simples exemplos mencionados — o que significam essas transformações com seus efeitos econômicos e sociais? Podemos afirmar que isso significa uma “ruptura” com o modelo neoliberal que imperou em toda a América Latina, durante mais de três décadas, desde o fatídico dia do golpe contra o governo de esquerda, democraticamente eleito, do presidente Allende, em 1973, no Chile.¹¹ Significa o dissenso, quer dizer, o rompimento com as práticas de políticas econômicas que tinham por base a cartilha formulada para a região pelo Consenso de Washington, a partir da situação de extrema dificuldade de enfrentar os dilemas do endividamento externo, na década de 1980, e que foram equacionados pelas negociações em torno do programa de reformas macroeconômicas e ajustes nas estruturas econômicas dos países latino-americanos. Nas reformas neoliberais adotadas pelo *establishment* político da região, os seus termos foram ratificados em troca de uma nova inserção internacional (globalização), empreendida pelos grandes conglomerados transnacionais e grupos financeiros, com a aceitação submissa das classes dominantes regionais, responsáveis por conduzir e executar, à sua maneira e sob a fiscalização de organizações internacionais (FMI e Banco Mundial), as políticas econômicas internas.

Àquelas classes dominantes cabiam-lhes as novas oportunidades de modernização e integração ao ciclo contemporâneo de acumulação de riquezas, notadamente assentado nas transações financeiras internas e estrangeiras. Portanto, a Venezuela, ao buscar reverter suas prioridades de políticas econômicas e públicas à maioria da população excluída e retomar a soberania, por meio do controle de seus recursos estratégicos, tornou-se, de certa maneira, a experiência de vanguarda na América Latina do começo do século XXI. Isto, claro, a despeito das desconfianças de segmentos da esquerda da região¹² e ataques radicais dos partidários reformistas social-democratas (ou social-liberal) e conservadores reacionários de direita.

¹¹ Sobre a história do golpe no Chile ver o extraordinário livro de Moniz Bandeira (2008).

¹² É preciso dizer que até mesmo em uma parte da esquerda latino-americana observa-se críticas muito fortes às iniciativas que estão ocorrendo na Venezuela e na Bolívia. Claro que os ânimos na Venezuela são mais febris por conta de uma posição muito clara contra a política externa dos Estados Unidos na região e seu histórico de políticas de desestabilização e conspiração contra governos não alinhados. No tocante à Bolívia, interessante notar que a esquerda tradicional, tão afeita ainda aos movimentos clássicos operários, tem dificuldades de compreender o forte componente étnico dos movimentos sociais contemporâneos e aceitá-los como elemento central também da mudança e transformação social. Outra questão que ao longo dos anos vai ficando cada vez mais cristalina: a aversão, de parte da esquerda tradicional, a qualquer movimento econômico e social em que o Estado tenha aumentado sua participação. Observa-se, neste caso, uma ojeriza de alguns

Num contexto mundial, em que as grandes empresas transnacionais e os conglomerados financeiros dominam a cena política — os novos leviatãs, utilizando o termo de Atilio Borón (1999) — forçam a abertura dos mercados e a imposição de práticas econômicas liberais à circulação de mercadorias e capital financeiro. Os Estados nacionais da periferia capitalista sul-americana, por apresentarem estruturas institucionais mais frágeis e grupos econômicos que não se identificam com a sociedade, tornam esses movimentos externos funcionais à desarticulação social e fragmentação da unidade nacional, e, com isso, o acirramento das contradições e conflitos, beirando a guerra civil (violência urbana, narcotráfico, prostituição etc.).¹³

A filosofia político-econômica neoliberal defende o aprofundamento das relações capitalistas fundadas no individualismo, no consumismo e na expansão da propriedade privada voltada para acumulação e especulação. Ela assumiu uma conotação moral, diferentemente da visão liberal clássica que percebia a evolução da sociedade individualista e egoísta como um fenômeno natural. Assim, países da periferia teriam de adotar modelos que se apresentassem por meio de políticas econômicas e de ajustes estruturais que priorizassem, fundamentalmente, abertura econômica, Estado mínimo, desregulamentação etc.¹⁴ Isso provocou, na América Latina, um desajuste social que aumentou a desigualdade na região, o que pode ser aferida pelos mais de 200 milhões de pobres e indigentes.

A atualidade das transformações sociais, na Venezuela, pode ser compreendida nos marcos de um texto publicado, em 1977, por Celso Furtado, intitulado “Conhecimento Econômico da América Latina”. Ele foi originário de um discurso que o autor proferiu no seminário “Consciência e Nação”, evento organizado pela Universidade Simón Bolívar de Caracas, em 1976. O seminário teve como objetivo inaugurar as atividades do Instituto de Altos Estudos da América Latina, com sede na mesma Universidade.

desses grupos tão grande que qualquer governo mais nacionalista e desenvolvimentista, que tenha ascendido ao poder em virtude da própria força e insatisfação dos movimentos populares, às vezes, é adjetivado também de populista, ditatorial e outras categorias do ramo.

¹³ Em novembro de 2007, estivemos em Caracas, na Venezuela, num período bastante conturbado, pois o governo Chávez estava às vésperas do referendo que iria consultar a população sobre mudanças importantes na Constituição do país. O que deu para perceber claramente foi que, naquelas semanas que antecediavam o pleito, havia uma divisão cristalina da população na capital. Esta divisão, no entanto, refletia muito bem a disputa envolvendo as classes sociais dominantes economicamente e as que representavam mais os anseios populares e eram partidárias dos movimentos sociais e políticos pró-Chávez. Em resumo, Caracas se encontrava politicamente mobilizada e numa clara demonstração que a luta de classes não é um capítulo da história.

¹⁴ Paulani (2005, p. 124 ss.).

O texto é uma clara demonstração de que os acontecimentos recentes na Venezuela apontam para aspirações desejadas há tempos e que se fazem imperiosas no contexto das condições socioeconômicas da região e do domínio do pensamento dominante em matéria de política econômica e de desenvolvimento. Por essa importância, justifica-se o longo trecho transcrito:

“A enorme concentração de poder que caracteriza o mundo contemporâneo — poder que se manifesta sob a forma de superestados nacionais e ciclópicas empresas transnacionais, uns e outros apoiados em imensos recursos financeiros, no controle da técnica e da informação e em instrumentos de intervenção aberta ou disfarçada de âmbito planetário — coloca a América Latina em posição de flagrante inferioridade, dado o atraso que acumularam as economias da região e as exíguas dimensões dos mercados nacionais. Dessa observação podemos inferir dois corolários. O primeiro é que o reencontro dos povos, latino-americanos em um destino comum se imporá cada vez mais como ideia-força a todos aqueles que pretendiam lutar contra o subdesenvolvimento e a dependência de nossos países. O segundo é que a ideia de reproduzir nesta parte do mundo a experiência de desenvolvimento econômico no quadro das instituições liberais, se configura cada vez mais como uma quimera para os observadores lúcidos de nosso processo histórico. Em face da transnacionalidade da economia, a opção do *laissez-faire* significa hoje em dia, em subsistemas dependentes, renunciar a ter objetivos próprios, aceitar progressiva desarticulação interna, quiçá a perda mesma do sentido de identidade nacional. Convém acrescentar que essa desarticulação traz consigo agravamento das desigualdades geográficas dentro de um mesmo país, concentração social da renda, marginalização de amplos segmentos de população, enfim, crescentes custos sociais [. . .] o simples fato de que ele [Instituto de Altos Estudos da América Latina] haja sido criado, primeira instituição do gênero na América Latina, é indicação de que a ideia-força da convergência dos destinos de nossos povos está avançando. E que a iniciativa haja surgido na Venezuela, num momento de colapso da vida política de tantos países da região, não nos surpreende, a nós que admiramos esta terra de onde partiram os peregrinos da luta pela liberdade de nossa América” (Furtado, 1977, pp. 136-7).

Problema 3 — O Brasil desponta como moderador na região, por ter um governo mais “equilibrado” do ponto de vista das ações e negociações. Este pode ser um passo para o país tornar-se “líder” da América do Sul, alinhando o continente a uma estratégia comum de integração regional?

Inicialmente, é importante reforçar que a política externa brasileira tem realmente estado à altura dos princípios da diplomacia. Isso é uma das grandes virtudes do governo Lula, apesar de fortes pressões internas, que até tentou manipular a opinião pública, mediante seus instrumentos de comunicação, no caso do contencioso entre a Bolívia e a Petrobrás em torno do contrato de fornecimento do gás.

Os maiores atingidos com a estratégia boliviana de resgatar o controle sobre a produção e comercialização de gás foram os empresários industriais do Sul-Sudeste do país e as famílias que moram em condomínios de luxo.¹⁵ Se fosse pela vontade das nossas classes dominantes, o Estado brasileiro teria ressuscitado o sangue lusitano colonialista e posto as forças armadas brasileiras para resolver a contenda.¹⁶ Pelo contrário, o tempo foi

¹⁵ O Brasil importa, diariamente, cerca de 22 e 24 milhões de metros cúbicos de gás da Bolívia. Praticamente se distribui entre o estado de São Paulo, o Sul e entre refinarias e termoeletricas. Em São Paulo e estados do Sul a importação se distribui em 12% para gás natural veicular (GNV), entre 60% a 70% para utilização na indústria e entre 18% e 28% para consumo residencial e comercial (Apla, 2005).

¹⁶ Ou da mesma forma que a ditadura militar, no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), optou por dar todo apoio às tentativas de golpe de Estado na Bolívia, no governo nacionalista de esquerda do general Juan José Torres, entre 18 e 21 de agosto de 1971, e no Uruguai, quando a Frente Ampla, um conglomerado de partidos de esquerda, ameaçava ascender ao poder governamental nas eleições parlamentares de 1971. Neste país, o então regime governamental sob o comando de Jorge Pacheco Areco foi marcado por uma forte repressão e autoritarismo responsáveis pelo surgimento de vários segmentos políticos de esquerda radical, como, por exemplo, o mais conhecido deles, o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T). Como o presidente uruguaio, desde 1968, governava o país com dificuldades e sob ameaça dos avanços das forças de esquerda, buscou estreitar as relações com Argentina e Brasil, por meio da diplomacia, buscando apoio nos regimes militares destes países no intuito de conter tais avanços. Assim, tanto no golpe de estado na Bolívia como na contenção dos grupos de esquerda e no controle social no Uruguai, o governo Médici forneceu armas, equipamentos e munições para aparelhar-lhes as forças militares e postou as forças armadas, notadamente o exército, nas fronteiras dos dois países na iminência de invadir os territórios vizinhos para colaborar com os grupos de extrema direita nacionais. Isto tudo, evidente, contava com o apoio logístico e de inteligência da CIA norte-americana, que buscou aliados regionais para conter a onda de avanços de partidos e movimentos políticos com forte inclinação de esquerda e com referências na revolução cubana e no regime soviético. Em suma, nossa história recente é pródiga nos exemplos de tentativa de ser resolverem os problemas regionais pelo desrespeito à soberania e autonomia nacionais e com o emprego de instrumentos de força e coerção. Sobre o assunto conferir Moniz Bandeira (2008), capítulos VI, VII e VIII.

o senhor da sabedoria e isso mostrou a acertada estratégia de tratar a questão de maneira diplomática e conciliadora.

Dissertando sobre a evolução do pensamento latino-americano em relações internacionais, o professor da Universidade de Buenos Aires, Raúl Bernal-Meza, buscou categorizar as estratégias de política externa em diferentes períodos da história da América do Sul no século XX.¹⁷ Baseado num estudo de José Paradiso,¹⁸ Meza analisa a postura da política externa argentina pelo emprego do conceito de *realismo periférico*. Esse pragmatismo comercial-liberal diplomático, também, pode ser estendido para a análise do caso da política externa e de inserção internacional durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O realismo periférico significa a adoção de uma política externa que tem como premissa central o abandono de qualquer estratégia no campo diplomático de isolamento ou confronto com os Estados Unidos. Os seus princípios básicos residem em: *a*) adaptar os seus objetivos políticos aos da potência hegemônica; *b*) deve-se levar em conta a relação custo-benefício material dessas relações e considerar os riscos de qualquer confronto com a potência dominante, por mais que seja por motivos banais; *c*) requer a reformulação e reconceitualização do conceito de autonomia e soberania, em capacidade e custos relativos a qualquer confronto e no quadro de uma inserção internacional mais intensa.

Assim, para aqueles autores o realismo periférico seria caracterizado por uma política externa com fortes ambições, meramente comerciais, pragmática, que atenda aos interesses em comum dos grandes grupos econômicos envolvidos com as relações comerciais internacionais. Além disso, essa política externa deve admitir a natureza das relações de poder internacional, aceitar o papel de submissão a este poder e praticar uma diplomacia de cavalheiros sem tergiversar ou partir para o confronto que possa caracterizar uma política externa mais pró-ativa e de caráter mais nacionalista.

Na América do Sul, a Argentina foi o país que mais se alinhou a esse perfil de política externa. Notadamente, no governo de Carlos Menem, o que resultou numa catástrofe econômica, social e política.

No caso brasileiro, Meza considera que a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso foi tão incompetente que não conseguiu, con-

¹⁷ Bernal-Meza (2005).

¹⁸ Paradiso (1993).

traditoriamente, atingir aquele alto perfil de alinhamento que alcançou o exemplo argentino. Na verdade, a política externa brasileira, antes de Luiz Inácio Lula da Silva, foi muito ambígua; ao mesmo tempo que apresentava, em certos momentos, um discurso que se posicionava contra algumas políticas norte-americanas, no fundo praticava políticas econômicas com alto perfil de subordinação à globalização e ao Consenso de Washington.

Predominou, no governo Fernando Henrique Cardoso, uma diplomacia de “caixeiro-viajante” que protagonizou a busca desenfreada da abertura econômica (comercial e financeira) e depois correu para ampliar o comércio exterior brasileiro e convidar investimentos internacionais com o intuito de salvar as contas externas, desequilibradas em razão da abertura financeira e comercial sem preocupações com salvaguardas.

Por outro lado, no governo Lula, o Itamaraty assumiu uma postura completamente diferente do governo anterior. Tanto que não faltam críticas das mais diversas dos antigos diplomatas e embaixadores que serviam à estratégia neoliberal¹⁹ e hoje são, na maioria, consultores de grandes empresas do ramo exportador ou de instituições corporativas como é o caso da Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo).

Uma das grandes virtudes da política externa recente foi estabelecer, a partir de uma plataforma nacional desenvolvimentista e não-alinhada, um diálogo com as nações abaixo da linha do equador. Isso ampliou canais de comércio muito proveitosos com a África, Oriente Médio e Ásia. Ademais, possibilitou aproximar-se, com respeito aos condicionantes de funcionamento político e econômico internos, dos países sul-americanos em torno de temas controversos e situações políticas conflituosas. Outra grande conquista da política externa brasileira foi impedir, de maneira gradual e sem muito alarde, o avanço da proposta da Alca pelo governo norte-americano. Como já foi diversas vezes apontado, esse projeto realmente tinha poucas vantagens para a região e, especialmente, para o Brasil.²⁰

Quem observa, por exemplo, as publicações que a Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Itamaraty, vem lançando tem noção do perfil político e estratégico da atual diplomacia brasileira. Assim como os

¹⁹ Ver, por exemplo, as manifestações do ex-ministro das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique Cardoso, Celso Lafer (2005).

²⁰ Muitas foram as manifestações críticas ao projeto da Alca. Podem-se destacar as mais didáticas como Jakobsen & Martins (2002) e Guimarães (2004). Cf. também Gomes (2005), Batista Jr (2005) e Guimarães (2006), deste especialmente o capítulo 8, “Quinhentos Anos de Periferia: a Inserção”.

Estados Unidos contam com centros de inteligência que assessoram a diplomacia e dão as diretrizes intelectuais do projeto imperial, a Fundação vem desenvolvendo papel importante na disseminação do conhecimento e de estudos que esclarecem a real situação do mundo e da América Latina. Isso, de certa maneira, promove a democratização do conhecimento, um elemento importante numa região marcada pela presença de meios de comunicação que dominam a concessão pública e são alinhados a grupos conservadores e têm forte simpatia pela política norte-americana.

Não há espaço para dúvidas de que o Brasil, pela capacidade econômica que reúne, do tamanho do território e de sua população, o alto grau de diversificação produtiva e os recursos que pode contar e uma diplomacia mais ponderada, progressista e preocupada em construir um projeto nacional mais inclusivo e despido de interesses sectários, é naturalmente um líder regional e pode construir a ponte para a consolidação da integração regional.

Porém, o país ainda continua extremamente dependente dos mercados financeiros, em virtude de ter uma dívida pública nacional muito elevada. Isso compromete, sobremaneira, o Estado e suas políticas públicas, limitando a capacidade de financiamento de investimentos à altura de uma proposta mais audaciosa de desenvolvimento econômico. Enquanto isso permanecer, haverá alguns obstáculos para que o país se fortaleça para assumir uma posição mais protagonista na América Latina.

Por outro lado, neste início do século XXI, abre-se uma janela de oportunidade para que a América do Sul possa trilhar o caminho da tão sonhada integração regional. As experiências do passado, como a Alalc (1960) e a Aladi (1980), não passaram de projetos comerciais ambiciosos e que não levavam em conta o alto grau de competição intrarregional entre os signatários dos acordos, já que boa parte dos países era (e ainda é) exportadora de bens primários. Ao contrário da Europa setentrional, que se apoiou, desde o início no projeto de união regional, na década de 1950, na Política Agrícola Comum, a América Latina e o Caribe, jamais puderam contar com um eixo fundamental que viesse apoiar uma estratégia de integração mais sólida. No entanto, na contemporaneidade, a questão energética aparece como grande possibilidade de convergir os interesses econômicos e políticos, principalmente da América do Sul. Existe forte possibilidade de sinergias em produção, distribuição e consumo, já que existem regiões que têm excedentes de petróleo, gás e outras fontes de energia, e parte maior da região é

dependente. Por outro lado, o Brasil, por exemplo, apresenta-se como, além de um grande produtor de derivados do petróleo, produtor, também, de fontes alternativas de energia, como os biocombustíveis. Então, resumindo, a questão energética, suas fontes e seu consumo podem muito bem estabelecer-se como eixo estratégico de um projeto de integração regional.²⁰

Problema 4 — Em linhas gerais, como tem sido as relações entre Brasil, América do Sul e Estados Unidos, no contexto da ascensão de governos de esquerdas e da adoção de políticas externas mais ativas e não-alinhadas diretamente aos desígnios da estrutura de poder internacional?

Essa questão pode ser avaliada de vários ângulos. Do ponto de vista da economia política internacional, as relações EUA-Brasil, no contexto do período neoliberal, ou seja, desde meados da década de 1980, predominou o alinhamento mais que o confronto com Washington, em que pese discordâncias dos recentes governos brasileiros em temas importantes dos quais os Estados Unidos têm contrariado as resoluções da ONU, como a última invasão ao Iraque e o desrespeito à Declaração dos Direitos Humanos, por exemplo.²¹ Nesse sentido, o Brasil preferiu, no passado imediato, respeitar as decisões consensuais nos grandes fóruns internacionais.

Mas é preciso ampliar o escopo de análise e conhecer as relações contemporâneas entre EUA-Brasil, notadamente a partir das necessidades e interesses estadunidenses nessas relações. Resumidamente, os EUA têm um problema concreto de difícil solução no curto prazo: o crescimento vertiginoso, durante toda a década de 2000, dos déficits públicos e comerciais com o resto do

²¹ A esse respeito, ver o excelente trabalho de Andrade (2007).

²² As imagens das torturas e humilhações contra os prisioneiros iraquianos cometidos por soldados norte-americanos, em Abu Ghraib, só revelaram o que há muito se conhecia das práticas de guerra do império estadunidense. A própria guerra do Vietnã foi um massacre em descumprimento da Carta Universal dos Direitos Humanos. Principalmente por um país que geralmente empenha as palavras de seus governantes para defender o direito à liberdade e democracia mundo a fora em nome de seus interesses nacionais e de seus aliados. Para Seymour Hersh, celebrado jornalista da revista *The New Yorker*, as agressões em Abu Ghraib não foram meros incidentes, mas uma orquestração tanto do governo como do comando militar norte-americano no Iraque, com o intuito de burlar as Convenções de Genebra e extrair informações estratégicas para conter possíveis insurreições de grupos iraquianos (Hersh, 2004). Não é por outra razão que a história já condenou os Estados Unidos, assim como outros exemplos, como a União Soviética sob o comando de Stálin, a ponto de Noam Chomsky declarar: “Os Estados Unidos são um dos principais Estados criminosos do mundo” (Chomsky, 2008, p. 11). Sobre o assunto é sugestiva a leitura do conjunto de ensaios de Hobsbawm (2007).

mundo, os chamados déficits gêmeos na literatura econômica. Somente com o resto do mundo, o resultado líquido da balança comercial estadunidense, em 2006, foi de US\$ 805 bilhões. A dívida pública ultrapassa a casa dos US\$ 10 trilhões e segue sendo alimentada com um déficit público de cerca de 5% do PIB, anualmente, sobretudo por causa dos gastos militares.²³

Para azedar aquela situação, o colapso do sistema financeiro com o estouro da bolha imobiliária, assentada nas hipotecas *subprimes*, levou à quebradeira que atingiu, em meados de 2008, seis importantes instituições financeiras e bancárias: Fannie May e Freddie Mac (securitizadoras), Bear Eterns, Merrill Lynch e Lehman Brothers (megacorretoras de derivativos) e a grande seguradora AIG. O socorro do Estado americano, por intermédio do Federal Reserve, mediante empréstimo do Tesouro Nacional, pode elevar a dívida pública total em mais de US\$ 850 bilhões.²⁴ Numa crise financeira que já é considerada a maior desde a Grande Depressão, em 1930, os Estados Unidos já contam com outro elemento que se soma a outros que permeiam sua perda de hegemonia global. Além da adoção de políticas unilaterais e arbitrárias nos fóruns internacionais, a corrida armamentista, a falta de disposição para cooperar como fez no pós-Segunda Guerra Mundial e perda de competitividade de sua economia para o

²³ Cerca de 25% do orçamento do Estado norte-americano são destinados a esses gastos, equivalentes à metade do que os demais Estados nacionais do resto do mundo gastam em armas. Em 2007, esses gastos representaram 45,5% do total mundial. Segundo o Stockholm International Peace Research Institute (Sipri), em 1998, os Estados Unidos gastaram US\$ 293 bilhões, e, a partir de 2000, a escalada da militarização se acelerou extraordinariamente, confirmado pelos seguintes números: em 2000, US\$301 bilhões, 2001, US\$312 bilhões, 2002, US\$356 bilhões, 2003, US\$415 bilhões, 2004, US\$464 bilhões, 2005, US\$503 bilhões, 2006, US\$527 bilhões, 2007, US\$578 bilhões. Um aumento considerável de quase 200% em todo o período. Dados e informações disponíveis em Sipri (2008).

²⁴ Antes da crise, o déficit público norte-americano para 2008 estava estimado em US\$550 bilhões. Calcula-se que, em 2009, o déficit alcance os US\$800 bilhões, podendo chegar, portanto, a 5,5% do PIB, muito maior que os 3,5% do exercício fiscal 2007-2008. Será, então, a maior marca depois da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, este resultado fiscal pode ser atenuado caso a atividade econômica seja reativada e contribua para o aumento da arrecadação de impostos. Como essa possibilidade é muito remota, porque é mais provável uma recessão em 2009, a única possibilidade de redução do desequilíbrio fiscal seria uma valorização dos ativos financeiros bancários que o Tesouro dos Estados Unidos está comprando. No entanto, a visão do ex-analista do comitê fiscal do Congresso dos EUA e atualmente economista da Qorvis Communications, empresa sediada em Washington, Stan Colleder, “até onde podemos ver, nada de positivo, nada mesmo, deve acontecer no médio prazo para aliviar o déficit norte-americano” (*Folha de S.Paulo*, 15/10/2008). Assim, o futuro não é nada alvissareiro para as contas públicas do país. O que importa saber é como essa conta será paga; pelo contribuinte norte-americano? Ou a fatura desta conta será imputada ao resto do mundo, principalmente às nações mais frágeis do sistema, por intermédio das relações financeiro-comerciais que são tecidas dentro da estrutura de poder internacional? São questões importantes porque dizem respeito à construção de uma nova estratégia de relacionamento interno e internacional que o Estado norte-americano terá de estabelecer daqui para frente.

continente asiático, agora seu sistema nervoso, o sistema financeiro, perde completamente credibilidade.²⁵

Então, o império está assentado numa extraordinária condição de endividamento, que não se tem registro na história de fenômeno semelhante. Ao mesmo tempo, vem perdendo participação na economia mundial e está envolto numa crise financeira de extraordinária magnitude.²⁶ A pergunta que cabe agora fazer é: quem poderá financiar esse endividamento, a recuperação da economia dos Estados Unidos e suas bases de poder imperial ao redor do mundo,²⁷ com um sistema econômico tão combalido e o surgimento de novos *locus* de poder internacional?

Se o governo norte-americano quiser impor uma carga fiscal ao seu contribuinte na magnitude de suas necessidades atuais, acompanhada da redução das compras internacionais, sacrificando, assim, o consumismo das famílias e/ou emitindo mais dinheiro para financiar-se, terá, realmente, adiado um problema de consequências negativas inevitáveis, tanto do ponto de vista interno como para a manutenção de sua moeda como padrão internacional. No entanto, nenhum desses mecanismos pode ser utilizado de maneira isolada. Quem, também, acaba contribuindo no financiamento do império estadunidense são as riquezas formadas em vários espaços e mercados mundiais e que se deslocam, na forma de poupanças, para *Wall Street*, facilitadas pelas novas tecnologias de informação e telemática. Para que isso fosse possível, era preciso dotar os títulos públicos emitidos pelo Estado americano de poder de rendimento seguro e garantidos. No entanto, com a perda da credibilidade do seu sistema financeiro e o elevado custo para os cofres do Tesouro nacional para ter de salvar o sistema, possivelmente os Estados Unidos encontrarão muito mais dificuldades de manter suas bases de financiamento e manutenção de seu poder como vinha ocorrendo.

²⁵ Existe uma vasta literatura sobre esses temas podendo-se sugerir Vergopoulos (2005) e Fiori (2004; 2007).

²⁶ Se no pós-Segunda Guerra Mundial a economia norte-americana conseguia ser chamada de locomotiva do mundo, representando cerca de 40% da economia mundial, hoje essa pujança reduziu-se muito, e a participação das economias em desenvolvimento chega a ser responsável por 43,7% do PIB mundial em 2007. Liderando este bloco encontra-se a China, com 10,8%, enquanto os Estados Unidos ainda continuam com a maior participação no PIB global com 21,3%, ou seja, pouco mais de um quinto, enquanto em 2000 chegou a um terço. Existe clara tendência de diminuição se houver realmente crescimento muito baixo em 2009 e 2010.

²⁷ Os Estados Unidos possuem ao redor do mundo mais de 750 bases militares e dezesseis centros de inteligência. São cerca de 350 mil soldados distribuídos no *front* externo. Sobre o assunto é sugestivo conferir o excelente trabalho de Moniz Bandeira (2005) e Farias (2004).

Com relação ao papel da América Latina, no contexto mais recente e atual, algumas considerações devem ser feitas. Depois da crise financeira na Ásia, em 1997, onde os países da região eram os principais emprestadores aos Estados Unidos, com riquezas formadas pela capacidade de exportação de países como Japão, Coreia do Sul, Indonésia e, principalmente, a China, houve recrudescimento desta colaboração. Excluindo a China que detém cerca de US\$ 2 trilhões em títulos do Tesouro dos Estados Unidos, a participação do restante da Ásia no mercado financeiro de *Wall Street* já vinha diminuindo e isto se acelerará certamente depois da atual crise.

Por outro lado, a participação do Terceiro Mundo no mercado de *Wall Street* cresceu, notadamente, a partir de 1998, conforme aponta Arrighi, em seu mais recente trabalho.²⁸ Por sua vez, a América Latina assumiu papel central nesse processo. Boa parte do excedente alcançado com as exportações de *commodities* agrícolas, industriais e minerais que engordavam as reservas internacionais dos países da região, bem como os ganhos financeiros com a especulação que os mercados regionais permitiam, se somavam à riqueza formada e geralmente fluía com naturalidade para *Wall Street*, permitida pelas políticas neoliberais de falta de controles de capitais na região.²⁹

Assim, a América do Sul, em particular, passou a ser um dos financiadores da campanha imperial estadunidense. Nesse sentido, as propostas neoliberais com as promessas de integração a um mundo da globalização econômica e de transformações internas, não passaram de estratégias que, também, colaboravam com as articulações desses países à nova ordem internacional pautada, por um Estado imperialista com muitas necessidades de expandir suas bases comerciais e financeiras.

²⁸ Arrighi (2008).

²⁹ Apenas o Chile adotava controle sobre a saída de capitais de curto prazo do país. Em relação aos fluxos líquidos de rendas em benefício dos Estados Unidos oriundos da América Latina, conferir também Duménil & Lévy (2005, p. 103 ss.). Para corroborar o que afirmamos, dados da Cepal (2006) demonstram a evolução da transferência líquida de renda ao exterior da América Latina. Em 1996, 1997 e 1998, o saldo foi favorável à região em US\$22 bilhões, US\$32,5 bilhões e US\$27,8 bilhões, respectivamente, com destaque para o salto a partir de 2002. A partir justamente de 1999, o quadro se inverte e com exceção do ano 2000, até 2005, os dados tornaram-se negativos: – US\$2,5 bilhões (1999), US\$153 milhões (2000), –US\$3,4 bilhões (2001), –US\$41,4 bilhões (2002), –US\$37 bilhões (2003), –US\$ 65 bilhões (2004) e –US\$75,5 bilhões (2005). Dados mais recentes da Cepal (2007), para 2006 e 2007, mostram a mesma tendência de exportação de renda líquida, US\$89 bilhões e US\$88 bilhões, respectivamente. Neste mesmo relatório a Cepal confirma nossas preocupações, sublinhando que, por exemplo, o “Brasil también ha registrado un marcado aumento de las rentas al exterior, pero en este caso se debe a la rentabilidad procedente de las colocaciones financieras a más corto plazo y en el mercado de renta fija, inversiones que han aprovechado las tasas de interés más elevadas reinantes en Brasil (*carry-trade*)” (Cepal, 2007, p. 66).

Enquanto a estratégia de crescimento econômica era defendida com base na ampliação das exportações, estabilidade macroeconômica e abertura financeira, mais a região era atrativa aos capitais especulativos, que se aproveitavam das altas taxas de juros praticadas, e exportava, também, capitais que procriavam, aqui, de forma rentista. A América do Sul, nos anos 1980 e 1990, tornou-se um espaço de ganho financeiro rápido, facilitado pelo comprometimento dos governos da região com a liberalização e desregulamentação financeira. E isso acabou solapando estratégias e interesses de políticas de desenvolvimento econômico com linhas definidas em áreas industriais, agrícolas e científico-tecnológicas.³⁰

À guisa de reflexão final

Assim como aconteceu com a perda da capacidade de dominação hegemônica da Inglaterra na passagem do século XIX para o século XX, vemos hoje isso acontecer com os Estados Unidos. Claro que isso não ocorrerá no curto prazo. Já vem ocorrendo, processando desde sua derrota na Guerra do Vietnã. O que já é representativo do ponto de vista do poder econômico, como foi visto. Do ponto de vista político, a perda de hegemonia acelerou-se muito, sob a administração do presidente George W. Bush. No entanto, é bom lembrar que os Estados Unidos continuarão sendo muito representativos em diversos aspectos,³¹ especialmente militar, e sua superação pela China, como alguns já apontam, ainda vai demorar algumas décadas.

A enrascada em que os norte-americanos se meteram, no Iraque, abriu um vácuo importante de presença, a exemplo do passado, dos instrumentos

³⁰ Do ponto de vista político, os interesses estadunidenses também se espriam por toda a América do Sul. Em texto recente, Moniz Bandeira (2008) analisa, pormenorizadamente, a importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos, principalmente na alvorada de uma nova “corrida imperialista” entre as grandes potências que disputam pela segurança energética e alimentar. A América do Sul figura nesta disputa principalmente por suas ricas reservas de hidrocarbonetos. Talvez seja por essas razões que os Estados Unidos já prevendo o acirramento das disputas em torno desses recursos, resolveram reativar a IV Frota Naval no Atlântico Sul, na perspectiva de que a região torne-se uma das mais ricas na produção de petróleo. Além disso, não podemos descartar a natureza estratégica que têm os recursos hídricos num ambiente de ameaças futuras no desabastecimento de regiões de água potável. Neste quesito, o Brasil possui grande parte do Aquífero Guarani e uma bacia hidrográfica riquíssima na região amazônica. Sobre as operações militares estadunidenses na triplíce fronteira brasileira (Argentina, Paraguai e Uruguai) sob a ideologia de combate ao terrorismo dentro do escopo do documento de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, conferir o interessante trabalho de Souza (2007).

³¹ Sobre esses aspectos ver o interessante artigo do professor-emérito de História da Universidade de Princeton, Arno Mayer (2008).

de intervenção e de negociações que o país tradicionalmente utilizava para manter os países sul-americanos alinhados ou sob controle da política externa estadunidense. Somando-se a isso, o fracasso das políticas neoliberais e a questão energética, como pontos cruciais para a região, permitiram a ascensão muito rápida dos governos de esquerda na região.

Evidente que alguns países (Venezuela, Bolívia e Argentina) posicionaram-se, com mais ênfase, em defesa dos seus interesses nacionais, deixando de sangrar riqueza na forma de compras de títulos do Tesouro norte-americano. No caso da Venezuela, até de 80% de suas reservas internacionais vinham sendo utilizadas para financiar importações de tecnologias e bens de capital, bem como articular seus interesses políticos com outros países sul-americanos e Cuba, por exemplo; sobretudo buscando colaborar com o fortalecimento da integração regional e financiamento de projetos de ampliação da produção e consumo de gás e petróleo, bem como na compra de títulos públicos, por exemplo, da Argentina.

No caso do Chile, historicamente ligado aos interesses dos Estados Unidos, sob o governo da socialista Michele Bachelet, vem buscando estreitar as relações com os países da região, até apoiando a Bolívia na crise política provocadas pelos departamentos nacionais rebeldes. O apoio ao governo boliviano foi ratificado na primeira Cúpula Extraordinária da União Sul-Americana de Nações, realizada, também, no Chile, em 15 de setembro de 2008, no Palácio de La Moneda. “Quisemos com esta convocação manifestar nossa preocupação e solidariedade com o povo da Bolívia”, declarou ao término do encontro a presidenta do Chile.

Não há dúvidas de que o clima, na América do Sul, é muito diferente do que vigorava durante a gestão de governos de direita. O que se pode prospectar é que a América Latina tem buscado um eixo de integração a partir das relações sul-americanas. A questão energética tornar-se, neste contexto, o tema principal e inédito na história da região, pois as experiências passadas de integração esbarravam em objetivos pretensiosos, prazos muito curtos e na forte concorrência entre os países por espaços na economia internacional para seus produtos agrícolas. Assim, era muito mais fácil para os Estados Unidos solaparem qualquer iniciativa de consolidação de uma integração, porque eles negociavam unilateralmente com os países a presença de seus produtos no maior mercado consumidor do mundo. Agora não. Temas como petróleo, gás e infraestrutura, somados com a crise do projeto neoliberal na região e a crise financeira no centro imperial,

tornou a aproximação dos países uma possibilidade mais concreta e em prol de uma proposta de desenvolvimento regional mais promissora e em torno dos interesses das maiorias. Estamos, realmente, entrando numa fase pós-neoliberal, e que o futuro reserve para os povos latino-americanos uma vida mais digna e cheia de esperanças!

Referências

- ANDRADE, Ricardo Barretto. *Da integração energética à integração política: a adoção de uma Política Energética Comum (PEC) como eixo da integração regional sul-americana*. Monografia de Conclusão de Curso. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado, 2007.
- ASSOCIACIÓN QUÍMICA Y PETROQUÍMICA LATINO-AMERICANA (Apla). *Petrobras admite que pode faltar gás no Brasil em 6 dias*. 9/6/2005, disponível em <<http://www.apla.com.ar/petroquimica2/mostrar.php?&id=978>>. Acessado em 28/10/2008.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BERNAL-MEZA, Raúl. Síntese da evolução do pensamento latino-americano em relações internacionais. In: A. PROCÓPIO (org.). *Relações Internacionais: os excluídos da arca de Noé*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 209-58.
- BORÓN, Atilio. Os “novos leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: Emir SADER & Pablo GENTILI (orgs.). *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 7-67.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. *O Brasil e a Economia Internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.
- BRASIL. *Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)/Assessoria Técnica da Presidência, 2008.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe 2005-2006*. Santiago, Chile: Cepal, julho/2006. Disponível em <www.eclac.org>. Acessado em 12/10/2006.
- . *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile: Cepal, 2007. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/31993/LCG_2355_Cap_IV.pdf>. Acessado em 11/10/2008.
- CHOMSKY, Noam. Os Estados poderosos se opõem à democracia. Entrevista a Le Monde Diplomatique Brasil, *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n.º 15, out. 2008, pp. 10-1.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DÉFICIT DOS EUA VAI SALTAR NA CRISE. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10/10/2008, Caderno Dinheiro, p. B4.

- DUMÉNIL, Gerárd & Dominique LÉVY. O neoliberalismo sob hegemonia norte-americana. In: François CHESNAIS (org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005, pp. 85-108.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. *Filosofia política da América: a ideologia do novo século americano*. São Paulo: Cortez, 2004.
- FIORI, José Luís. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FURTADO, Celso. Prefácio a *Nova Economia Política*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 136-7.
- GOMES, Fábio Guedes. Alca: a continuidade do Consenso de Washington. *Cadernos do Ceas* (Centro de Estudos e Ação Social), Salvador, n.º 219, set.-out. 2005, pp. 63-76.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- . ALCA para principiantes. In: Darc COSTA & Francisco Carlos TEIXEIRA DA SILVA (orgs.). *Mundo latino e mundialização*. RJ: Faperj-Mauad, 2004.
- HERSH, Seymour Myron. Chain of Command. *The New Yorker*. US, 17/5/2004. Disponível em <http://www.newyorker.com/archive/2004/05/17/040517fa_fact2>. Acessado em 28/10/2008.
- HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JAKOBSEN, Kjeld & Renato MARTINS. *Alca: Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- LAFER, Celso. Grande gabador, pequeno fazedor. *O Estado de S. Paulo*, 18/12/2005.
- MAYER, Arno J. Navegando em águas turbulentas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n.º 14/9/2008, pp. 16-7.
- MEMÓRIAS del Saqueo. Dirigido por Francisco Pino Solanas. Argentina: Productions Francia, 2002-2003. VHS.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- . A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. *Espaço Acadêmico*, n.º 89, out. 2008. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.pdf>. Acessado em 13/10/2008.
- . *Formação do império americano: da guerra da Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, Campinas, vol. VI, n.º 1, 2000, pp. 17-54.
- PARADISO, José. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

- PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SIPRI. *Yearbook 2008: Armaments, Disarmament and International Security*. Disponível em <<http://yearbook2008.sipri.org/intro>>.
- SOUZA, Matheus de Oliveira. *O novo padrão norte-americano de intervenção frente ao terrorismo internacional e sua influência na tríplce fronteira*. Monografia de Conclusão de Curso. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado, 2007.
- STÉDILE, João Pedro. Venezuela: um país em transformação. *Caros Amigos*, ano IX, n.º 103, out. 2005, p. 19.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. América Latina reduz sua independência dos EUA. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n.º 15, out. 2008, pp. 26-7.
- VERGOPOULOS, Kostas. *Globalização: o fim de um ciclo, ensaio sobre a instabilidade internacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Resumo

O texto busca tratar, de forma mais pedagógica, as recentes mudanças econômicas e políticas na América Latina e, em especial, na América do Sul. Organizado em quatro questionamentos, colocam-se grandes problemas a serem discutidos em linhas gerais, expressando o caráter reflexivo e crítico sobre os desafios da integração sul-americana e as relações com os Estados Unidos. Destaca-se a importância das mudanças na Venezuela e a guinada para a esquerda de importantes governos da região, expressando uma realidade em constante mudança rumo a uma fase pós-neoliberal. Nesta nova fase, as esperanças reacendem-se, para mudanças fundamentais no desenho de projetos de desenvolvimento econômico com inclusão social, bem como as incertezas aumentam diante de impasses históricos nas relações internacionais dos países do Cone Sul.

Palavras-chave: Integração regional, América do Sul, Pós-Neoliberalismo.

Abstract

The text seeks to address more recent changes to educational and economic policies in Latin America and especially in South America. Organized into four questions, it poses major problems to be discussed in general terms, expressing the character and critical reflection on the challenges of South American integration and relations with the United States. The relevance of changes in Venezuela and yaw to the left of key governments in the region, expressing a reality of constant change towards a post-neoliberal. In this new stage, the hopes were rekindled to fundamental changes in the design of projects of economic development with social inclusion and increase the uncertainty facing historic dilemmas in international relations of the countries of the South Cone.

Keywords: Regional integration; South America; Post-Neoliberalism.